



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 25/2016**  
(Processo Administrativo n.º 23479.006584/2016-41)

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, na pessoa do pregoeiro designado pela **Portaria n.º 577, de 20 de Junho de 2016**, publicada no Diário Oficial da União, Seção 02, em 23 de Junho de 2016, sediada na Folha 31, Quadra 07, Lote 100, s/n.º, Nova Marabá - Marabá - Pará - Brasil - CEP 68507-590, torna-se público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, OBTIDO A PARTIR DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO E MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE O PREÇO DO OBJETO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão:** 19/10/2016.

**Horário:** 09h30min

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal –

[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE LIVRARIA (AS) E/OU DISTRIBUIDOR (AS) ESPECIALIZADA (AS) PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS E IMPORTADOS (LIVROS)** para compor o acervo bibliográfico da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**2.1.** O órgão gerenciador será a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA (UASG: 158718)**.

**3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

**3.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (cem por cento)** dos quantitativos dos itens



do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.4.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **quíntuplo do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**3.5.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**3.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**3.6.1.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**4.2.** O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

**4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**4.4.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.5.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

**5.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.2010.

**5.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**5.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:



**5.3.1.**proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente (inciso III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93; inciso V, do art. 72, da Lei 9.605/98; Art. 7º da Lei 10.520/93);

**5.3.2.**estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**5.3.3.**que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**5.3.4.**que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

**5.3.5.**entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

**5.4.**Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**5.4.1.**que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**5.4.2.**a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

**5.4.3.**que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

**5.4.4.**que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**5.4.5.**que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**5.4.6.**que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

## **6. DO ENVIO DA PROPOSTA**

**6.1.**O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**6.2.**Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**6.3.**O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**6.4.**Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



**6.5.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

**6.6.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.6.1.** Valor do maior percentual de desconto para o item 1 e menor percentual de acréscimo para o item 2;

**6.6.2.** A quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

**6.6.3.** Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

**6.6.4.** Marca;

**6.6.5.** Fabricante;

**6.6.6.** Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, especificações técnicas, quantidades, marca (quando couber), fabricante (quando couber) e preços expressos em real, com no máximo duas casas após a vírgula, com o preenchimento correto das informações em cada campo determinado no sistema eletrônico, para fornecimento nas condições e locais conforme consta neste Edital e seus Anexos.

**6.7.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

**6.8.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, logísticos, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**6.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

## **7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**7.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



**7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.1.** O lance deverá ser ofertado para cada item.

**7.5.2.** Os lances deverão ser ofertados para o valor PERCENTUAL do item, com apenas duas casas decimais após a vírgula. Caso isto não ocorra, o pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens desconsiderando a terceira e quarta casa após a vírgula.

**7.5.3.** A licitante somente poderá oferecer lance - superior (desconto no item 1), ou inferior (acréscimo no item 2) - ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**7.5.4.** No item 1, o percentual de desconto será sobre o preço das publicações nacionais e estrangeiros, listadas nos catálogos e ou tabelas oficiais das respectivas editoras/distribuidoras.

**7.5.4.1.** Para o item 1, o percentual de desconto para efeito de apresentação da proposta no sistema eletrônico, deverá ser de, no **mínimo 12%** (doze por cento).

**7.5.5.** No item 2, o percentual de acréscimos será sobre o preço das publicações importadas, listadas nos catálogos e ou tabelas oficiais das respectivas editoras/distribuidoras.

**7.5.5.1.** Para o item 2, o percentual de acréscimo estimado, para efeito de apresentação da proposta no sistema eletrônico, deverá ser de, no **máximo 45,00%** (quarenta e cinco por cento).

**7.5.5.2.** A fim de viabilizar no sistema Compras Governamentais a disputa com base no menor percentual de acréscimo, o valor estimado para o item 2 será de **R\$ 45,00** (quarenta e cinco reais), de modo que ao oferecer um lance menor o licitante, na verdade, estará ofertando um percentual de acréscimo menor. Na hipótese, de uma proposta ou lance no **valor de R\$ 40,00** (quarenta reais) este valor será **considerado como 40%** (quarenta por cento) de acréscimo.

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital e seus anexos.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.7.1.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a **20 (vinte) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a **3 (três) segundos**.

**7.8.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.9.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.10.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.





**7.11.** Se a desconexão perdurar por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão será suspensão e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

**7.12.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até **30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.13.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**7.14.** Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.15.** Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.16.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.17.** Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.17.1.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.17.2.** Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

**7.18.** Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**7.18.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Serão **desclassificadas** as propostas que não atenderem às exigências deste edital, bem como aquelas que apresentarem percentual de **desconto final inferior do estimado para o ITEM 1** e percentual de **acréscimo superior do estimado para o ITEM 2**, ou manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 48 da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

8.6. Quando o licitante apresentar **preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item**, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a inexequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar documento digital, impreterivelmente por meio do sistema COMPRASNET, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



**8.11.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.11.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.11.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.12.** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.13.** Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

**9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1.** SICAF;

**9.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**9.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**9.1.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**9.1.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.1.6.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.2.** O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

**9.2.1.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.





**9.2.2.** Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**9.3.** Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

**9.4. Habilitação jurídica:**

**9.4.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.4.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**9.4.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.4.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.4.5.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

**9.4.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.4.7.** No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

**9.4.8.** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**9.4.9.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**9.4.10.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;



## **9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:**

**9.5.1.** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**9.5.2.** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.5.3.** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.5.4.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.5.5.** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.5.6.** prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

**9.5.7.** caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.5.8.** caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**9.5.9.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**9.5.10.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de **3 (três) meses** da data de apresentação da proposta;

**9.5.10.1.** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

**9.5.10.2.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**9.5.11.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:



$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**9.5.12.** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a **1(um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou item pertinente.

**9.6.** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

**9.6.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**9.7.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**9.8.** Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [dcx@unifesspa.edu.br](mailto:dcx@unifesspa.edu.br). Posteriormente, serão remetidos a UNIFESSPA endereçado a **DIRETORIA DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS – DCO, Folha 31 – Quadra 7 – Lote Especial, s/nº - Bairro: Nova Marabá, CEP: 68507-590, Marabá-PA**, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **3 (três) dias úteis**, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

**9.8.1.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.9.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**9.9.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



**9.10.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.11.** A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

**9.12.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.13.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.14.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.15.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**10.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**10.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**10.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**10.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**10.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**10.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**11.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:



**11.1.1.** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**11.1.2.** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**11.2.**A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**11.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## **12. DOS RECURSOS**

**12.1.**Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**12.2.**Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**12.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

**12.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**12.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.3.**O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.4.**Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.**O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**13.2.**Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**





**14.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**14.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data de seu recebimento.

**14.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo (s) licitante (s) vencedor (s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**14.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**14.4.1.** Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

## **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**15.1.** Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**15.2.** Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

**15.2.1.** A adjudicatária terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

**15.3.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

**15.4.** Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro



Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

**15.4.1.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **05 (cinco) dias**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

## **16. DO PREÇO**

**16.1.** Os preços são fixos e irredutíveis.

**16.2.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

## **17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**17.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (Anexo I).

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**18.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

## **19. DO PAGAMENTO**

**19.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**19.2.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**19.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**19.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**19.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**19.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**19.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**19.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da



regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**19.9.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**19.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**19.11.** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

**19.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**19.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**19.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad \begin{array}{l} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{array}$$

## 20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**20.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**20.1.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.



**20.2.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**20.3.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

**21.1.1.** não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**21.1.2.** apresentar documentação falsa;

**21.1.3.** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**21.1.4.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**21.1.5.** não mantiver a proposta;

**21.1.6.** cometer fraude fiscal;

**21.1.7.** comportar-se de modo inidôneo;

**21.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**21.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**21.3.1.** Multa de **30% (trinta por cento)** sobre o valor estimado do (s) item (ns) prejudicado (s) pela conduta do licitante;

**21.3.2.** Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**;

**21.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

**21.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**21.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**21.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**21.8.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.



## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**22.1.** Até **02 (dois) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**22.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [dc@unifesspa.edu.br](mailto:dc@unifesspa.edu.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço **Folha 31 – Quadra 7 – Lote 100, s/nº - Bairro: Nova Marabá, CEP: 68507-590, Marabá-PA, Brasil, setor de protocolo central.**

**22.3.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**.

**22.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**22.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço [dc@unifesspa.edu.br](mailto:dc@unifesspa.edu.br).

**22.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**22.7.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

**23.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**23.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**23.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**23.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.





**23.8.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**23.9.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço **Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária | Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá - Pará - Brasil**, na Divisão de Compras e Serviços, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**23.10.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**23.10.1.** ANEXO I - Termo de Referência

**23.10.2.** ANEXO II – Modelo de Proposta

**23.10.3.** ANEXO III – Ata de Registro de Preços

**23.10.4.** ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

**23.10.5.** ANEXO V – Autorização de Fornecimento

Marabá-PA, 06 de outubro de 2016.

**ADM. JAIRO FABRÍCIO DA SILVA DE OLIVEIRA**  
**PREGOEIRO – PORTARIA 577/2016**



## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE LIVRARIA (AS) E/OU DISTRIBUIDOR (AS) ESPECIALIZADA (AS) PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS E IMPORTADOS (LIVROS)** para compor o acervo bibliográfico da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, **conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.**

1.2 A licitação ocorrerá na modalidade SRP com critério de julgamento de menor preço ofertado que corresponderá ao **MAIOR DESCONTO (ITEM 1) e MENOR ACRÉSCIMO (ITEM 2)** a ser aplicado sobre o valor da tabela das publicações e/ou sítios eletrônicos oficiais.

### 2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O objetivo da contratação de que trata o presente Termo de Referência é adquirir material bibliográfico (obras nacionais, estrangeiras e importadas) para integrar o acervo do Sistema de Bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), instituição de ensino recente e em amplo processo de crescimento que necessita ampliar, expandir, atualizar e estabelecer um acervo sólido e completo capaz de atender de forma plena e satisfatória as diversas demandas acadêmicas da Universidade, as quais contemplam alunos de graduação, pós-graduação, professores e técnicos administrativos, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Nessa perspectiva, para que a UNIFESSPA possa de fato se consolidar como instituição de ensino de nível acadêmico, alguns fatores se fazem necessários, a exemplo do acatamento aos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), o qual utiliza como um dos critérios avaliativos para o reconhecimento de cursos de graduação, o atendimento da bibliografia constante no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de cada curso. Na avaliação, observa-se a quantidade de exemplares existentes, para cada título bibliográfico, indicados no PPC, analisando a proporção de exemplares por vagas anuais autorizadas para a (s) unidade (s) curricular (es), conforme tabela do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

### 3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Aquisição do Acervo bibliográfico, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, na Lei n°. 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto n° 3.555



de 08 de agosto 2000, no Decreto 5.450, de 2005 e, subsidiariamente na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### 4 VALORES ESTIMADOS

##### 4.1 DOS VALORES ESTIMADOS PARA AQUISIÇÃO:

Item	CATMAT	Descrição do Material	Quantidade em Unidade (Estimado)	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Desconto (%)	Valor Total Estimado com desconto (R\$)
1	150515	<b>MAIOR PERCENTUAL (%) DE DESCONTO</b> sobre o preço de Materiais Bibliográficos (Livros) Nacionais e Estrangeiros disponível no mercado editorial interno.	13.424	103,04	1.383.208,96	12,00	1.217.223,89
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS JÁ COM DESCONTO:</b> <b>R\$ 1.217.223,89</b>							
Item	CATMAT	Descrição do Material	Quantidade em Unidade (Estimado)	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Acréscimo (%)	Valor Total Estimado com acréscimo (R\$)
2	150515	<b>MENOR PERCENTUAL (%) DE ACRÉSCIMO</b> sobre o preço de Materiais Bibliográficos (Livros) Livros Importados disponível no mercado editorial externo.	405	R\$ 501,67	203.176,35	45,00	294.605,71
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS IMPORTADOS JÁ COM ACRÉSCIMO:</b>							<b>R\$ 294.605,71</b>

**ITEM 1 – MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** sobre publicações nacionais e/ou estrangeiras, disponíveis no mercado editorial interno.

**ITEM 2 – MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO** sobre publicações importadas, disponíveis no mercado editorial externo.

4.2A quantidade em unidade foi estimada de acordo com a demanda do SIBI-



UNIFESSPA.

4.3 O valor unitário estimado foi calculado com base na média dos preços praticados nas últimas aquisições de títulos da Biblioteca da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

4.4 O percentual de desconto e acréscimo será sobre o preço das publicações nacionais e estrangeiras e importadas, listadas nos catálogos e/ou tabelas oficiais das respectivas editoras/distribuidoras.

4.5 O **percentual de desconto (Item 1)** para efeito de apresentação da proposta no sistema eletrônico, deverá ser de, **no mínimo 12% (doze por cento)**.

4.5.1 O percentual mínimo de desconto foi calculado com base na média dos percentuais informados para o mesmo objeto em orçamentos adquiridos junto a livrarias/distribuidoras do ramo.

4.6 O **percentual de acréscimo (Item 2)** para efeito de apresentação da proposta no sistema eletrônico, deverá ser de **no máximo 45% (quarenta e cinco por cento)**.

4.6.1 O percentual máximo de acréscimo foi calculado com base na média dos percentuais informados para o mesmo objeto em orçamentos adquiridos junto a livrarias/distribuidoras do ramo.

4.7 A fim de viabilizar no sistema Compras Governamentais a disputa com base no menor percentual de acréscimo, o valor estimado para o item 2 será de **R\$ 45,00** (quarenta e cinco reais), de modo que ao oferecer um lance menor o licitante, na verdade, estará ofertando um percentual de acréscimo menor. Na hipótese de uma proposta ou lance no **valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) este valor será considerado como 40% (quarenta por cento) de acréscimo**.

4.8 Apesar do sistema aceitar proposta/lance com até 4 (quatro) casas decimais após a vírgula, para efeito de adjudicação, será considerado apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

## 5 DAS ESPECIFICAÇÕES

5.1 Das especificações do material quanto às áreas de conhecimento:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Publicações Nacionais e Estrangeiras (Mercado Interno)	13.424
2	Publicações Importadas (Mercado Externo)	405
ESPECIFICAÇÃO		



Os materiais a serem fornecidos abrangerão todas as áreas do conhecimento, em níveis universitário, médio, fundamental e técnico cujas grandes áreas e subáreas estão relacionadas abaixo, bem como os assuntos específicos dentro de cada uma dessas áreas:

**1. Ciências Matemáticas e Naturais**

- Astronomia
- Ciências Atmosféricas
- Estatística
- Física
- Geofísica
- Geologia
- Matemática
- Oceanografia
- Probabilidade
- Química

**2. Engenharias e Computação**

- Computação
- Engenharia de Alimentos
- Engenharia Aeroespacial
- Engenharia Biomédica
- Engenharia Cartográfica e de Agrimensura
- Engenharia da Computação e Telecomunicações
- Engenharia Civil
- Engenharia de Materiais e Metalurgia
- Engenharia de Minas
- Engenharia de Produção
- Engenharia de Transportes
- Engenharia Elétrica
- Engenharia Mecânica
- Engenharia Naval e Oceânica
- Engenharia Nuclear
- Engenharia Química
- Engenharia Sanitária
- Engenharia Têxtil
- Mecatrônica e Robótica

**3. Ciências Biológicas**

- Bioética
- Biofísica
- Biologia
- Bioquímica
- Biotecnologia
- Botânica
- Ecologia
- Fisiologia
- Genética
- Microbiologia
- Morfologia
- Neurociências
- Parasitologia
- Zoologia

**4. Ciências Médicas e da Saúde**

- Educação Física e Esportes
- Enfermagem
- Farmácia
- Farmacologia
- Fisioterapia
- Fonoaudiologia
- Imunologia
- Informática em Saúde
- Medicina
- Nutrição
- Odontologia
- Saúde Coletiva

**5. Ciências Agrônômicas e Veterinárias**

- Agronomia
- Alimentos
- Engenharia Agrônômica
- Medicina Veterinária
- Recursos Florestais
- Recursos Pesqueiros
- Zootecnia

**6. Ciências Humanas**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**

<ul style="list-style-type: none"><li>• Antropologia</li><li>• Arqueologia</li><li>• Ciência Política</li><li>• Educação</li><li>• Filosofia</li><li>• Geografia</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• História</li><li>• História do Conhecimento</li><li>• Psicologia</li><li>• Relações Internacionais</li><li>• Sociologia</li><li>• Teologia</li></ul>
<b>7. Ciências Socialmente Aplicáveis</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Administração</li><li>• Arquitetura e Urbanismo</li><li>• Arquivologia</li><li>• Biblioteconomia</li><li>• Ciência da Informação</li><li>• Comunicação</li><li>• Contabilidade</li><li>• Demografia</li><li>• Desenho Industrial</li><li>• Direito</li><li>• Economia</li><li>• Economia Doméstica</li><li>• Planejamento Urbano e Regional</li><li>• Serviço Social</li><li>• Turismo</li></ul>	
<b>8. Linguagens e Artes</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Artes Cênicas</li><li>• Artes Visuais</li><li>• Cinema</li><li>• Dança</li><li>• Linguagem</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Línguas</li><li>• Literatura</li><li>• Museologia</li><li>• Música</li><li>• Teatro</li></ul>

5.2 Editoras que contemplam a maioria da demanda da Unifesspa. O que não impede a Universidade de solicitar material de outras editoras diferentes das relacionadas abaixo:

**5.2.1 Relação de editoras nacionais e estrangeiras e importadas:**

AB EDITORA	CENGAGE LEARNING	EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPE	GLOBO	LUMEN JURIS	PINI
ABM	CERES	EDITORIAL LABOR, S.A.	GRAAL	M.BOOKS	PIONEIRA
ABRASCO	CETEM	EDIÇÕES 70	GUANABARA	MACGRAW-HILL	PIONEIRA THOMSON
ADDISON WESLEY	CIRCULO DO LIVRO	EDIÇÕES	GUANABARA KOOGAN	MAKRON	PIONEIRA THOMSON LEARNING
ADDISON- WESLEY PUB. CO.	CIVILIZAÇÕES	EDUC	GUIA PRATICO	MAKRON BOOKS	PLANTARUM
AGIR	CIVILIZAÇÃO EDITORA	EDUCS	GUSTAVO GILI	MAKRON BOOKS DO BRASIL : MCGRAW-HILL	PLEXUS
AGRONÔMICA CERES	CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	EDUERJ (ED. UNIV. ESTADUAL DO	HARBRA	MALHEIROS	PONTES



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**

		RIO DE JANEIRO)			
AIDE EDITORA	CIVILIZAÇÕES BRASILEIRA	EDUFBA	HARCOURT COLLEGE PUBLISHING	MANOLE	PORTO EDITORA
ALAMEDA	CIÊNCIA MODERNA	EDUFRGS (Ed. Univ. Federal do Rio Grande do Sul)	HARPER & ROW	MARTIN CLARET	PREMIER
ALEPH	COBRA EDITORA E MARKETING	EDUFRN	HARPER & ROW DO BRASIL	MARTINS	PRENTICE HALL DO BRASIL
ALTA BOOKS	COLLIER MACMILLAN PUBLISHERS	EDUFSC (Ed. Univ. Federal de Santa Catarina)	HEINEMANN	MARTINS FONTES	PRENTICE-HALL
ALÂNEA	COMPANHIA DAS LETRAS	EDUFSCAR	HEMUS	MAZZA	PRENTICE-HALL DO BRASIL
AMERICAN MATHEMATICAL SOCIETY	COMPANHIA DAS LETRAS FAPESP COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR	EDUSC	HOLOS	MCGRRAW HILL	QUALITYMARK
AMGH ED.	COMPANHIA DE BOLSO	EDUSC (Ed. Univ. Sagrado Coração)	HORUS	MCGRRAW-HILL	RECORD
ANAGRAMA	CONTEXTO	EDUSP	HUCITEC	MCGRRAW-HILL / INTERAMERICANA DE ESPAÑA, S.A.	RELUME DUMARÃ
ANNABLUME	CONTRAPONTO	EDUSP (Ed. Univ. de São Paulo)	IBGE	MCGRRAW-HILL DO BRASIL	REVAN
AO LIVRO TÉCNICO	CORTEZ	ELSEVIER	IDEASPROPIAS EDITORIAL	MEDIAÇÃO	REVISTA DOS TRIBUNAIS
APRENDA FÁCIL	CORTEZ INSTITUTO PAULO FREIRE	ELSEVIER M	IDÉIAS & LETRAS	MELHORAMENTOS	RIMA
ARTE & CIÊNCIA	CRC PRESS	EMBRAPA	IMAGO	MERCADO ABERTO	ROCA
ARTENOVA	CULTRIX	EMPORIO DO LIVRO	IMPA	MERCADO DAS LETRAS	ROCCO
ARTES MÉDICAS	CULTRIX R	EPU	IMPETUS	MERCADO DE LETRAS	ROUTLEDGE
ARTMED	DO AUTOR	ERICA [ SAO PAULO]	INDG TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA	MERCADO DE LETRAS ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL	SAFE
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA PESQUISA DA POTASSA EDO FOSFATO	DP&A	ESCALA	INSTITUTO PIAGET	MODERNA	SAINT PAUL



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**

ATELIÊ EDITORIAL	E & FN SPON	ESCRITURAS	INTERCIÊNCIA	MULTIGRAF	SANTOS
ATHENEU	E. BLACHER	ESCUA	IST PRESS	MÉTODO	SARAIVA
ATICA	ED. DA UFMG	EUROPA AMERICA	ITATIAIA	NAEA	SBM
ATLAS	ED. DA UNB	EXPRESSÃO POPULAR	J. ZAHAR	NOBEL	SCIPIONE
ATUAL	ED. DA UNESP	FALANGOLA	J. ZAHAR	NOVA FRONTEIRA	SELO NEGRO
ATUAL EDITORA	ED. DA UNICAMP	FAPESP OFICINA DE TEXTOS	JM EDITORA	NOVATEC	SENAC
AUTORES ASSOCIADOS	ED. DA USP	FAPESP PERSPECTIVA	JOHN WILEY	O NOME DA ROSA	SEXTANTE
AUTÉNTICA	ED. DA USP ATLAS	FEALQ	JOHN WILEY & SONS	OAB EDITORA	SIGLO VEINTIUNO
BECA	ED. NACIONAL	FEBAB	JOHN WILEY PROFESSIONAL	OBJETIVA	SOCIETY FOR MINING, METALLURGY, AND EXPLORATION
BECA PRODUÇÕES CULTURAIS	ED. SENAC	FGV	JORGE ZAHAR	OFICINA DE TEXTOS	SULINA
BERTRAND	ED. UFLA	FGV (Ed. Fundação Getúlio Vargas)	JOSÉ OLYMPIO	OLHO D'ÁGUA	SUMMUS
BERTRAND BRASIL	ED. UFMG	FIOCRUZ	JURUA	OMEGA	TASCHEN
BEST SELLER	ED. UFPR	FORENSE	L&PM	PACO EDITORIAL	TAYLOR & FRANCIS
BLUCHER	ED. UFRJ	FORENSE UNIVERSITÁRIA	LAMPARINA	PAKA-TATU	THESAURUS
BOITEMPO	ED. UFV	FRANCISCO ALVES	LAROUSSE	PALLAS EDITORA	THOMPSON
BOOKMAN	ED. UNESP	FT PRENTICE HALL	LIBER LIVRO	PAPIRUS	THOMPSON PIONEIRA
BOOKSELLER	ED. UNICAMP	FTD	LIBERTAD	PARÁBOLA	THOMSON
BRASILENSE	EDGARD BLÄCHER	FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBEKIAN	LIDEL	PAULINAS	THOMSON LEARNING
BRASILIENS	EDGARD BLÄCHER	Fundação DE PESQUISAS CIENTÍFICAS DE RIBEIRÃO PRETO	LIVRARIA DA FÍSICA	PAZ E TERRA	TIN CLARET
BRASILIENSE	EDIPA	FUNEP	LIVRARIA DO ADVOGADO	PEARSON BRASIL	TINS FONTES
BRASPORT	EDIPUCRS (ED. PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL)	FUNPEC EDITORA	LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS	PEARSON EDUCATION	UFRGS



BRIQUET DE LEMOS	EDITIONS ODILE JACOB	GAIA	LOYOLA	PEARSON EDUCATION DO BRASIL	UNESCO COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE
CAMBRIDGE	EDITORA DA ULBRA (ed. Univ. Luterana do Brasil)	GARAMOND	LTC (D.N.)	PEARSON EDUCATION DO BRASIL PRENTICE-HALL	USP, ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS	EDITORA 34	GEDISA	LTC - LIVRO TÉCNICO E CIENTÍFICO	PEARSON PRENTICE HALL	VALER
CAMPUS	EDITORA DA UFRGS	GENTE	LTC ED.	PEIRAPOLIS	VARELA
CAMPUS ELSEVIER	EDITORA DA UNICAMP	GIZ EDITORIAL	LTR	PERSPECTIVA	VETOR
CASA DO PSICÓLOGO	EDITORA UNESP	GLOBAL	LUCERNA	PERSPECTIVAS	VISUAL BOOKS
VOZES	WILEY	WILEY - BLACKWELL	YENDIS	ZAHAR	

## 6 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 Os prazos de entrega do referido material serão de **30 (trinta) dias para livros nacionais e estrangeiros e até 90 (noventa) dias para livros importados**, contando-se da data do recebimento da Autorização de Fornecimento em remessa à escolha da CONTRATANTE e entrega no endereço do Almoxarifado da UNIFESSPA, o qual será informado na Autorização de Fornecimento.

6.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e na Autorização de Fornecimento.

6.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.5 O fornecimento do referido material será de forma parcelada dentro do prazo de vigência da ata, que será de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no DOU.



6.6 No caso de impossibilidade de entrega no prazo estipulado, a Contratada deverá comunicar por escrito à Contratante, podendo a justificativa ser aceita ou não. Caso do não aceite da justificativa incorrerá à Contratada as sanções previstas neste Termo de Referência e na Lei n. 8.666/93.

6.7 A CONTRATADA, por ocasião da entrega do material, deverá observar a integridade dos materiais, inclusive defeitos de editoração e completude da obra (inteireza e perfeição), respondendo, mesmo que após o recebimento definitivo, pela detecção ou descobrimento de defeitos ocultos, que inutilizem a obra na sua finalidade.

6.8 A Contratada deverá encaminhar trimestralmente ao Sistema de Bibliotecas da Unifesspa, catálogos atualizados das principais editoras nacionais e estrangeiras e importadas. A entrega dos catálogos poderá ser efetuada na Biblioteca da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Unidade II, localizada na Folha 17, Quadra 04, Lote Especial, s/nº, bairro Nova Marabá, Marabá, Pará, no horário de 08:00 às 11:30 e 14:00 às 17:30h, em dias úteis ou através do *e-mail*: [sibi@unifesspa.edu.br](mailto:sibi@unifesspa.edu.br).

6.9 O transporte do material até o local de entrega é de inteira responsabilidade da contratada.

6.10 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias** para publicações nacionais, e de **45 (quarenta e cinco) dias** para publicações importadas a contar da notificação da CONTRATADA, às custas da mesma e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.11 Quando os materiais se encontrarem com a edição esgotada, a licitante vencedora deverá apresentar documento oficial da editora formalizando a indisponibilidade.

6.12 No caso de impossibilidade de entrega no prazo estipulado, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito à CONTRATANTE, podendo a justificativa ser aceita ou não. Em caso de não aceite da justificativa, incorrerá à CONTRATADA as sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

6.13 A CONTRATADA deverá substituir, no prazo de **20 (vinte) dias úteis** para o **Item 1** e **60 (sessenta) dias úteis** para **Item 2**, as obras que apresentarem defeitos de editoração, sempre que necessário, e sem ônus adicionais à UNIFEESPA.

## **7 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

7.1 A CONTRATANTE rejeitará o (s) material (is) que estiverem em desacordo com as





condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

7.2 O transporte e embalagem deverão ser de forma a garantir suas condições físico-químicas, inclusive no que se refere às condições de armazenagem. A embalagem deverá ser original, contendo os dados de identificação e procedência.

7.3 Em hipótese alguma a UNIFESSPA aceitará títulos em substituição aos registrados na Autorização de Fornecimento, ficando ao encargo da contratada a responsabilidade do controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição de procedimentos, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando apresentação da qualidade e dos resultados requisitados.

## **8 DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Fornecer o material objeto deste termo de referência, após aprovação pela Administração da Contratante, que a si reserva o direito de rejeitá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;

10.2 Entregar o material dentro das especificações contidas no termo de referência, na Divisão de Almoxarifado e Patrimônio da Unifesspa, de segunda a sexta-feira no horário de **08:00 às 11:30** e das **14:30 às 17:30** horas, nos prazos estabelecidos neste termo, a partir da data e hora da emissão da Autorização de Fornecimento dos materiais, sem que isso implique em acréscimo no preço da proposta, devendo o mesmo ser conferido pelo setor competente, que atestará a regularidade da entrega;

10.3 Os produtos devem ser 100% novos em todos os seus componentes;

10.4 O transporte do material deverá ser feito conforme as exigências para os produtos, devidamente protegidos;

10.5 Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte no que se refere ao item, deverão corresponder ao conteúdo;

10.6 Manter, durante o período de fornecimento, todas as condições de habilitação e



qualificação exigidas neste edital;

10.7 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

10.8 Substituir o produto que, após a entrega, aceite ou utilização, venha a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará;

10.9 Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará;

10.10 Encaminhar trimestralmente, à Biblioteca da Unifesspa, Unidade II, Campus de Marabá, catálogos atualizados das principais editoras nacionais e estrangeiras e importadas;

10.11 Disponibilizar, sempre que solicitado, os catálogos e tabelas de preços oficiais atualizados das editoras de obras nacionais e estrangeiras e importadas;

10.12 Apresentar, juntamente com a nota fiscal, os catálogos, ou tabelas de preços oficiais das editoras ou das distribuidoras, vigentes no mês do faturamento;

10.13 Discriminar, obrigatoriamente, na Nota Fiscal: número do ISBN; título do livro; nome do autor; editora; ano de publicação; edição; número do volume; quantidade e número do pedido;

10.14 Garantir a substituição de qualquer título que venha a apresentar defeito de produção gráfica, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

10.15 A Contratada deverá apresentar junto à Divisão de Almoxarifado e Patrimônio da Unifesspa, Nota Fiscal da própria empresa, em 02 (duas) vias no mínimo, juntamente com cópias dos catálogos das editoras dos materiais fornecidos.

10.16 A contratada deverá enviar também as Notas fiscais em formato Eletrônico (PDF) para o e-mail [sibi@unifesspa.edu.br](mailto:sibi@unifesspa.edu.br) aos cuidados da Coordenação Geral do Sistema de Bibliotecas da UNIFESSPA.

10.17 As notas fiscais deverão apresentar no preço unitário os valores com descontos.

10.18 A Nota Fiscal só será encaminhada para pagamento após o aceite e recebimento completo dos materiais.

10.19 Arcar com todas as despesas operacionais, incluindo despesas de transporte e



entregas necessárias ao fornecimento do objeto.

10.20 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.20.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos e/ou Autorização de Fornecimento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.20.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.20.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.20.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1A Unifesspa compromete-se a:

11.1.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da empresa fornecedora às dependências da Unifesspa relacionadas à execução do contrato, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações;

11.1.2 Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

11.1.3 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;



11.1.4 Emitir Autorização de Fornecimento, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante da administração designado e comunicar à empresa por meio de telefone, fax ou e-mail da emissão da mesma;

11.1.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;

11.1.6 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços objeto desta licitação, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos;

11.1.7 Controlar e documentar as ocorrências havidas; e,

11.1.8 Notificar a empresa fornecedora, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos materiais, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

11.1.9 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.10 Verificar minuciosamente, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e da ordem de fornecimento, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.11 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.12 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.13 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.2A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.3A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar o caráter vantajoso dos preços registrados em Ata.

## **12 CONTROLE DA EXECUÇÃO**

12.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as



ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Direção da Biblioteca da Unifesspa, Unidade II, Campus de Marabá, sob supervisão da Divisão de Almoxarifado e Patrimônio da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, que deverá além de acompanhar e fiscalizar, atestar as Notas Fiscais/Faturas dos serviços, desde que tenham sido executados a contento e observado a aplicação do desconto correspondente, encaminhando a documentação para pagamento.

12.3A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **13 DA SUSTENTABILIDADE**

13.1 Entregar produtos preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, conforme IN nº 01 de 19/01/2010.

### **14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:





- 14.1.1 não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3 fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5 cometer fraude fiscal;
- 14.1.6 não manter a proposta.

14.2A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 14.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2 multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 14.2.3 multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.6 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:



14.3.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.5A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.6As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.7A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato (retirar nota de empenho), deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.8As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

14.9No caso do bem entregue e não aceito, o atraso será contado a partir do 1.º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

14.10 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da notificação. Se o valor não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

14.11 As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

14.12 A contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de



ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência:

---

**Jairo Fabrício da Silva de Oliveira**

Chefe do Departamento de Agenda de Compras  
da Divisão de Compras e Serviços  
Portaria 710/2016

---

**Marcelo da Silva Gomes**

Coodenador Geral - SIBI  
Portaria 537/2014

Responsável pela aprovação do Termo de Referência:



## ANEXO II

### MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA COMERCIAL

#### (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Modalidade: Pregão Eletrônico nº XX/2016

Tipo: REGISTRO DE PREÇOS

Data: XX/XX/2015

Horário: XX:XX (horário de Brasília)

Sítio: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

\_\_\_\_\_(Nome da Licitante)\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal, Sr (a) \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para os fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2015 de materiais bibliográficos nacionais e estrangeiros e importados, pelo Sistema de Registro de Preços em Ata para o período de 12 meses, apresenta a seguinte proposta de preços:

#### ITEM 1

Item	Unid.	Quantidade a ser registrada em volumes (caráter referencial)	Descrição do Material	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Desconto (%)
1	Unid.	13.424	MAIOR PERCENTUAL (%) DE DESCONTO SOBRE O PREÇO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS (LIVROS) NACIONAIS E ESTRANGEIROS DISPONÍVEL NO MERCADO EDITORIAL INTERNO.	103,04	1.383.208,96	

Desconto Proposto: \_\_\_\_ % (\_\_\_\_), a ser concedido no preço das publicações nacionais e estrangeiras listadas nos catálogos e/ou tabelas oficiais das respectivas editoras/distribuidoras, e deverá incluir todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, lucro, todos os encargos e obrigações decorrentes de direitos e licenças de fabricação, patentes e marcas registradas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do contrato, isentando a CONTRATANTE de quaisquer custos adicionais.

Validade da Proposta: **(não inferior a 60 dias)**

Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias úteis



ITEM 2

Item	Unid.	Quantidade a ser registrada em volumes (caráter referencial)	Descrição do Material	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Acréscimo (%)
2	Unid.	405	MENOR PERCENTUAL (%) DE ACRÉSCIMO SOBRE O PREÇO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS (LIVROS) LIVROS IMPORTADOS NO MERCADO EDITORIAL EXTERNO.	501,67	203.176,35	

Percentual de Acréscimo: \_\_\_\_ % (\_\_\_\_), a ser inserido no preço das publicações importadas listadas nos catálogos e/ou tabelas oficiais das respectivas editoras/distribuidoras, e deverá incluir todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, lucro, todos os encargos e obrigações decorrentes de direitos e licenças de fabricação, patentes e marcas registradas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do contrato, isentando a CONTRATANTE de quaisquer custos adicionais.

Validade da Proposta: (não inferior a 60 dias)  
Prazo de Entrega: 90 (noventa) dias úteis

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como leis sociais, leis trabalhistas, seguros, taxas e contribuições, transporte, alimentação, e demais despesas obrigatórias, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste certame, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação, assim, depois de cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

1) Dados da Empresa:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ/MF;
- c) Endereço;
- d) Cidade/UF;
- e) CEP;
- f) Tel./Fax;
- g) E-mail;



- h) Banco/Agência;
- i) Conta.

2) Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata:

- a) Nome;
- b) Endereço;
- c) CEP;
- d) Cidade/UF;
- e) CPF/MF;
- f) RG/Órgão Expedidor;
- g) Telefone
- h) E-mail.

*Local, .....de.....de 2016*  
Assinatura do representante da empresa  
*[ Carimbo com Razão social da Empresa e CNPJ*  
*Representante legal: [ nome completo]*  
*RG: [ número e órgão emissor*





### ANEXO III

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2016

(Processo Nº 23479.006584/2016-41)

Pregão Eletrônico SRP nº 25/2016

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA**, Autarquia Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, sediada no Campus Universitário, à Folha 31, Quadra 7, Lote 100, s/n, Bairro Nova Marabá, CEP 68501-970, Cidade de Marabá, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 18.657.063/0001-80, neste ato representado(a) pelo(a) Magnífico Reitor *Pro Tempore*, Prof. Dr. **CARLOS RENATO LISBOA FRANCÊS**, designado pela portaria nº 525-MEC, de 21 de junho de 2016, publicada no DOU em 22 de junho de 2016, portador do CPF nº. 257.127.642-53, e RG nº. 1465207, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2016**, publicada no ..... de ...../...../200....., processo administrativo n.º 23479.006584/2016-41, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **materiais bibliográficos nacionais e estrangeiros e importados (LIVROS, PUBLICAÇÕES, CD-ROM, DVD E AUDIOVISUAIS)**, especificado (s) no (s) item (ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº 25/2016, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

#### 3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>		<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>



#### 4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

#### 5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao (s) fornecedor (es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o (s) fornecedor (es) para negociar (em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:



5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

## 6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

*6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Marabá,                      de                      de 2016.

---

**Prof. Dr. Carlos Renato Lisboa Francês**  
Reitor *Pro Tempore* da Unifesspa  
P/ GERENCIADOR

---

P/ FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

---

RG:  
CPF:

---

RG:  
CPF:



ANEXO IV

CONTRATO Nº ...../2016  
(Processo Nº 23479.006584/2016-41)  
Pregão Eletrônico SRP nº 25/2016

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA  
E A EMPRESA

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – Unifesspa, Autarquia Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, sediada no Campus Universitário, à Folha 31, Quadra 7, Lote 100, s/n, Bairro Nova Marabá, CEP 68501-970, Cidade de Marabá, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 18.657.063/0001-80, neste ato representado(a) pelo(a) Magnífico Reitor *Pro Tempore*, Prof. Dr. **CARLOS RENATO LISBOA FRANCÊS**, designado pela portaria nº 525-MEC, de 21 de junho de 2016, publicada no DOU em 22 de junho de 2016, portador do CPF nº. 257.127.642-53, e RG nº. 1465207, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o (a) ..... inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº ..... , sediado(a) na ..... , em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... , expedida pela (o) ..... , e CPF nº ..... , tendo em vista o que consta no Processo nº 23479.006584/2016-41 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 25/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **materiais bibliográficos nacionais e estrangeiros e importados (LIVROS, PUBLICAÇÕES, CD-ROM, DVD E AUDIOVISUAIS)**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					
2					
3					
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,



previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de **20....**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **7. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

#### **8. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

#### **9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.



11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.5.3. Indenizações e multas.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Marabá, Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Marabá, de de 2016.

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Carlos Renato Lisboa Francês**  
Reitor *Pro Tempore* da Unifesspa  
P/ CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
RG:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
RG:  
CPF:





ANEXO V  
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Marabá, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.  
Processo nº. Processo nº 23479.1431/2016-74  
Ref: Pregão Nº. 25/2016  
Assunto: Aquisição de \_\_\_\_\_  
À firma: \_\_\_\_\_

Prezado (a) Senhor(a),

Em decorrência do processo Licitatório nº. \_\_/20\_\_ Modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço em Ata, para Fornecimento de \_\_\_\_\_, tipo Menor Preço, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) Nota(s) de Empenho nº. \_\_\_\_\_, e, na forma do art. 62, da Lei n. 8.666/93, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.Sa., a entrega do(s) material(ais) deverá ser efetuada no prazo de até **30 (TRINTA) dias** para os materiais nacionais e estrangeiros e **90 (NOVENTA) dias** para os importados, a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho.

Cumpre-nos informar que antes da efetivação do pagamento e, na forma prevista na legislação e no Edital convocatório, o aludido pagamento só será efetuado mediante atestado comprobatório da entrega do (s) material (s), bem como, consulta "on line", da situação cadastral dessa Empresa, ficando o referido pagamento suspenso, no caso de haver alguma pendência no SICAF.

Para controle de V.Sa., informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na entrega de qualquer dos itens de fornecimento, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Autorização de Fornecimento, calculada sobre o valor do material não fornecido, até o limite de 20 (vinte) dias, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese de a multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, a UNIFESSPA poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o FORNECEDOR também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.Sa., que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/201\_\_ implicará as penalidades previstas no art. 28 do decreto nº 5450/2005 e art. 87, e seus parágrafos, da Lei n. 8.666/93.

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei n. 8.666/93 e suas alterações, devendo V.Sa. a por o "**De acordo**", na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Universidade, para ulteriores providências, por meio de fone/fax no **(94) 2101-7100 e 2101-7122** ou ainda por e-mail no endereço [luneres@unifesspa.edu.br](mailto:luneres@unifesspa.edu.br)

Atenciosamente,  
Ordenador de Despesa

De acordo  
Em: ...../...../.....

Representante legal da Empresa